



ATUALIZAÇÕES DOS PROJETOS DO MMA

6ª RO da Conasq



Special Programme

FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE INSTITUCIONAL PARA O GERENCIAMENTO AMBIENTALMENTE ADEQUADO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS NO BRASIL

A contratação do consultor responsável pelo benchmarking do projeto foi concluída. O contrato estará vigente entre setembro e dezembro deste ano.

Ao longo desse período, o consultor deverá entregar quatro produtos principais:

1a) um documento contendo um estudo comparativo de sistemas eletrônicos de registro, inventário e controle de substâncias químicas existentes internacionalmente, abrangendo, no mínimo, Canadá, Austrália, União Europeia, Estados Unidos, Chile e Colômbia;

1b) um documento com o levantamento de sistemas nacionais e subnacionais de controle que possam oferecer informações relevantes para a gestão de substâncias químicas;

1c) um relatório sobre as necessidades nacionais relacionadas ao desenvolvimento do sistema de gestão de substâncias químicas, incluindo possíveis aprimoramentos dos sistemas já existentes; e

1d) um documento apresentando os requisitos para o desenvolvimento dos módulos do sistema, acompanhado da apresentação dos resultados em reunião interinstitucional.

Paralelamente, uma equipe da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) do MMA está trabalhando em parceria conosco para desenvolver as telas do sistema, tomando como referência os produtos do consultor e os insumos fornecidos pela nossa equipe.

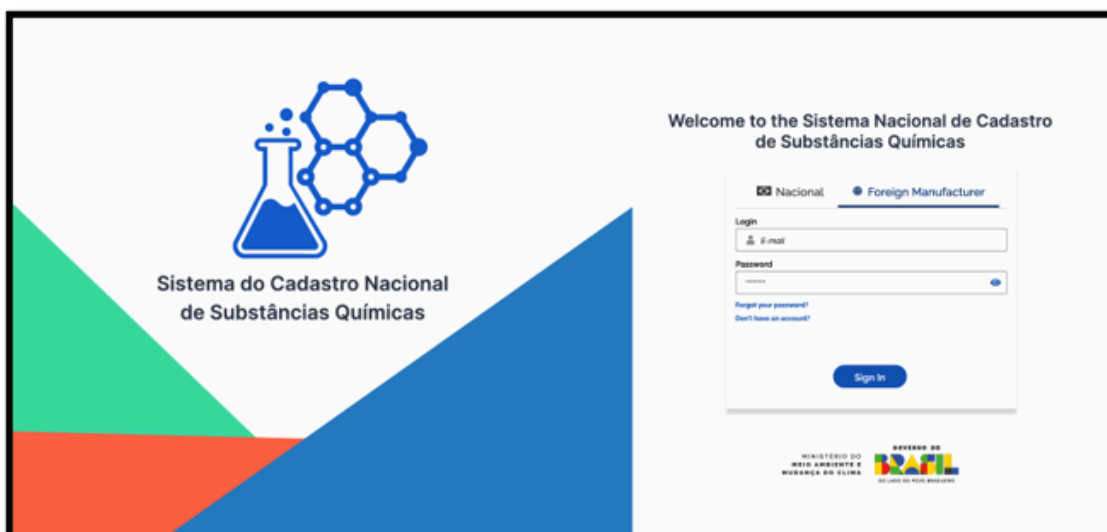


Figura 1. Imagem conceitual da tela inicial do sistema

Fonte: Elaborado pela CGTI

Projetos de mercúrio

PROJETO IICA: REVISÃO DO INVENTÁRIO DE DIOXINAS E FURANOS

Este projeto foi submetido em agosto deste ano para a análise do GEF. Em outubro, a UNIDO transmitiu os questionamentos recebidos, que foram respondidos pelo DQA/SQA em novembro passado. Desde então, aguarda-se o próximo contato da UNIDO quanto aos próximos passos para formalização e recebimento do recurso financeiro.

PROJETO IICA: REVISÃO DO INVENTÁRIO DE DIOXINAS E FURANOS

Este projeto foi proposto ao Secretariado do Programa Internacional Específico (SIP, sigla em inglês) da Convenção de Minamata sobre Mercúrio, com o valor total orçado em 262.500 mil dólares (incluindo 240 mil dólares de doação internacional), duração de dois anos e meio, e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) como agência executora.

O próximo passo é atender a análise jurídica, concluída em novembro passado, que orientou o DQA/SQA/MMA a consultar formalmente a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para esclarecer o tipo de instrumento a ser celebrado, a fim de respaldar o recebimento do recurso e o início do projeto.

PROJETO MERCÚRIO EM CLORO-ÁLCALIS

Este projeto, com duração prevista de 60 meses a partir da assinatura, foi proposto com o valor total de US\$ 13.080.000,00 (incluindo a concessão do GEF no valor de US\$ 12.000.000,00). Antes de ser submetido ao GEF pelo PNUMA, em novembro passado, ele foi ajustado para abarcar demandas relacionadas à gestão e disposição ambientalmente adequada do mercúrio apreendido no Brasil, já que a insuficiência de recursos da oitava rodada do GEF levou-o a rejeitar o projeto que trataria especificamente desta questão. O próximo passo é aguardar a devolutiva do GEF com prováveis questionamentos.

Inventários

1

PROJETO IICA: REVISÃO DO INVENTÁRIO DE DIOXINAS E FURANOS

Um consultor foi contratado para auxiliar na elaboração do inventário.

O primeiro produto da consultoria consistiu em um levantamento dos stakeholders dos quais seria necessário coletar informações, etapa já concluída.

As perguntas do Toolkit da Convenção de Estocolmo foram adaptadas para um formulário eletrônico, com o objetivo de facilitar o preenchimento e padronizar a coleta de dados pelos diferentes setores. O formulário está aberto para recebimento de contribuições desde outubro.

Como parte das ações de engajamento, foi realizado, no dia 07/11, o webinar “Inventários de Emissões de Poluentes - processo de elaboração e esclarecimentos”, destinado a apresentar o processo de construção do inventário, esclarecer dúvidas dos stakeholders e incentivar a participação de todos.

O consultor entregará a versão preliminar do inventário o dia 10 deste mês.

2

PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO DE EMISSÕES DO MERCÚRIO (MMA)

Os ofícios a instituições e pessoas chave foram enviados, solicitando novos dados desde 2019, e reuniões de alinhamento com essas pessoas foram realizadas em 18, 19 e 24 de novembro passado. A devolutiva desse primeiro contato está sendo aguardada até 19 de dezembro.

Haverá uma nova rodada de solicitação de informações, focada nos órgãos estaduais de meio ambiente e outras instituições e pessoas relevantes, que iniciará em dezembro e terminará em janeiro de 2026. Em fevereiro, planeja-se o início da análise dos dados reunidos até então.

Projeto PCB Responsável

O Projeto PCB Responsável é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Brasil), com financiamento do Global Environment Fund (GEF).

O objetivo principal é apoiar o Brasil na destinação ambientalmente adequada de equipamentos e resíduos contaminados com Bifenilas Policloradas (PCBs, também conhecidas como “ascarel”), cumprindo os compromissos do país firmados na Convenção de Estocolmo.

Principais objetivos e escopo do projeto:

- Fortalecer instituições governamentais e partes interessadas brasileiras para lidar com PCBs.
- Aprimorar a gestão ambientalmente adequada de PCBs — desde o mapeamento (inventário), passando pelo monitoramento, até a destinação final segura.
- Auxiliar na destinação ambientalmente correta de um grande estoque nacional de equipamentos e resíduos contaminados com PCBs.
- Produzir e disseminar conhecimento técnico, regulatório e prático sobre PCBs — manuais, guias, boas práticas, comunicação e suporte a detentores de PCBs.

Ações e avanços recentes

- Para auxiliar na identificação e destinação de PCBs, o projeto concluiu o Inventário Nacional de PCB (SINIR-PCB) em novembro de 2024, acessível via pcb.sinir.gov.br — onde empresas e instituições devem declarar a presença de PCBs.
- Oferece apoio técnico e financeiro para destinação segura: instituições com equipamentos contaminados podem obter recursos proporcionais à quantidade de PCBs eliminados, mediante documentação conforme regulamento do projeto.
- Realiza ações de capacitação técnica — webinários, treinamentos presenciais e atendimento por help-desk — destinados especialmente a empresas, entidades públicas e privadas, órgãos ambientais estaduais, visando orientar sobre identificação, inventário e destinação segura de resíduos contaminados com PCBs.
- Incentiva a articulação entre instâncias federal, estaduais, setoriais e interessadas (empresas, concessionárias, órgãos ambientais) para mapear, gerenciar e eliminar o legado de PCBs no Brasil.

Além disso, entre 31 de outubro e 28 de novembro de 2025, o MMA, o PNUD Brasil e a CETESB realizaram um curso híbrido para capacitar gestores e técnicos estaduais na gestão adequada de PCBs, por meio do Projeto PCB Responsável, em alinhamento com a Convenção de Estocolmo.

O treinamento combinou módulos virtuais e uma etapa presencial em Brasília-DF para abordar desde a legislação e toxicologia até práticas operacionais de manuseio e transporte.

O objetivo central da iniciativa foi fortalecer a competência técnica e a governança ambiental no país, assegurando a eliminação segura e a destinação final adequada desses poluentes em todo o território nacional.

Projeto PCB Responsável

Participaram do evento 44 técnicos e gestores estaduais, de 23 Unidades da Federação.

- Metas e prazos
- Retirada de uso de equipamentos e óleos contaminados com PCBs até 2025.
- Eliminação ambientalmente adequada dos resíduos até 2028.



Fotos: Edgar Marra

Figura 2. Capacitação com OEMAs

Fonte: Edgar Marra

Importância e relevância

O projeto não apenas promove a conformidade do Brasil com obrigações internacionais e legais — como a Convenção de Estocolmo e a Lei nº 14.250/2021 — mas também representa uma medida essencial de saúde pública e proteção ambiental. As PCBs são substâncias tóxicas, persistentes e perigosas para o meio ambiente e para a saúde humana; sua adequada destinação evita contaminação de solos, águas e populações. Serviços e Informações do Brasil+2UNDP+2

Além disso, ao oferecer apoio técnico e financeiro, o Projeto PCB Responsável facilita para empresas e instituições — públicas e privadas — cumprirem suas obrigações sem arcar sozinhas com o ônus total da destinação, o que fomenta a adesão e acelera a erradicação do uso de PCBs no Brasil.

Próximos passos

Os próximos passos incluem o acompanhamento do projeto por um consultor internacional e a elaboração de um guia operacional para prática de manutenção de equipamentos.

Cabe destacar, ainda, os seguintes projetos pilotos previstos:

- Projetos-piloto (3) para instalações de descontaminação de transformadores contaminados com PCBs - validar arranjo da proposta
- Projetos-piloto (2) de Descontaminação
- Projeto-piloto (1) de novo processos para destruição de PCBs - identificação de novo processo